

PARA ALÉM DAS QUATRO PAREDES: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES DE GUARDA DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO

Aliane Pereira de Oliveira¹

Ana Catarina Peregrino Torres Ramos²

Renata Libonati de Azevedo³

Amanda de Lima Costa Pestana⁴

Resumo: A gestão das reservas técnicas nas instituições de guarda brasileiras é um desafio diante das situações enfrentadas. A falta de espaço para armazenar adequadamente o crescente volume de acervo recebido e a carência de profissionais interdisciplinares e recursos financeiros para adequar essas instituições à Portaria Iphan nº196/2016 requer um grande esforço com o intuito de garantir a salvaguarda dos materiais arqueológicos. Diante disso, o presente trabalho objetiva diagnosticar problemas encontrados nas reservas técnicas e pensar sobre alternativas e possibilidades para alcançar as mudanças necessárias. Refletir sobre o destino dos nossos acervos com uma gestão baseada em ações inovadoras usando abordagens empenhadas com a função social da arqueologia, é, além de uma responsabilidade legal, um compromisso ético. **Palavras-chaves:** Reservas técnicas, acervo arqueológico, gestão do acervo arqueológico.

Abstract: The management of storage rooms in Brazilian guard institutions it is a challenge given the situations that are faced. The lack of space to properly store the growing volume of collections received and the shortage of interdisciplinary professionals and financial resources to adapt these institutions to the Brazilian regulation Iphan nº196/2016 requires a great effort to ensure the safeguarding of archaeological materials. Therefore, the present work aims to diagnose problems found in storage rooms and think about alternatives and possibilities to achieve the necessary changes. Reflecting on the fate of our collections with a management based on innovative actions using approaches committed to the social function of archaeology, is, in addition to a legal responsibility, an ethical commitment. **Keywords:** Storage Rooms, archaeological collections, archaeological collections management.

¹ Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração (Lacor). E-mail: aliane.oliveira@ufpe.br.

² Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração (Lacor) e Laboratório de Estudos Arqueométricos (Learq). E-mail: ana.tramos@ufpe.br.

³ Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração (Lacor) e Laboratório de Estudos Arqueométricos (Learq). E-mail: renata.libonati@ufpe.br.

⁴ Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração (Lacor). E-mail: amanda.limacosta@ufpe.br.

Introdução

Quando vivenciamos e praticamos a arqueologia nas suas mais diversas formas e tipos, é impossível não pensarmos, nem que seja por um breve momento, em acervos arqueológicos. Seja pela importância que eles representam ou pelo papel que desempenham, as questões sobre o acervo e sua gestão devem estar presentes no cotidiano e no fazer de todos os profissionais que atuam nas mais diferentes ordens da cadeia operatória do ofício de arqueólogo, pois o processo de aquisição de material é algo que exige um profundo compromisso ético e responsabilidade, uma vez que é preciso refletir sobre o destino dos acervos e a garantia do atendimento de parâmetros básicos que permitam sua preservação a partir da conservação, pesquisa e extroversão.

Falar sobre o destino dos acervos e planejar ações para a sua gestão no sentido de oferecer a esses materiais arqueológicos condições adequadas, bem como uma garantia de que se cumpra o que é esperado para os trabalhos em relação a eles, é tão importante quanto discutir questões relativas à sua natureza e sua função dentro da sociedade em que foi produzido, utilizado, significado e ressignificado. É uma parte essencial do fazer arqueológico, e, por isso, pensar sobre os locais destinados para abrigar e guardar esse acervo e as instituições responsáveis por estes locais é imprescindível para que haja a absorção de todo o potencial de informação que possa ser retirado do seu estudo.

As instituições de guarda possuem locais próprios e destinados para a salvaguarda de materiais arqueológicos, as chamadas reservas técnicas, onde o acervo tem as melhores condições de ser protegido e conservado para a posteridade, possibilitando com isso que as gerações futuras tenham o direito de ter acesso às memórias e conhecimentos contidos em cada objeto desse acervo. Mas para que esse direito se concretize se faz necessário que a arqueologia, além do empenho que dedica à pesquisa e conservação dos seus acervos, promova ações efetivas visando à sua extroversão. Embora já se perceba avanços na área da extroversão arqueológica nos últimos anos, seja no âmbito acadêmico, seja na esfera legal, o fato é que ela ainda acontece de forma tímida e pontual na maioria das instituições de guarda e pesquisa arqueológica, onde museus, por exemplo, são espaços ainda pouco numerosos.

A falta de espaços físicos específicos destinados a essa função faz com que, conseqüentemente, na maioria dos casos, o acervo, ainda que utilizado para a realização de pesquisas acadêmicas, encontre-se armazenado no sentido estrito da palavra, nas reservas técnicas, deixando de fornecer, em sua total potencialidade, as informações que trazem dentro de si. Além disso, precisam ser mantidos em condições mínimas que venham a garantir a sua conservação, para assegurar que o potencial informativo contido em cada material arqueológico, possa ser um dia estudado, pesquisado e extrovertido em sua magnitude, para as gerações do presente e as futuras.

O contexto de surgimento das primeiras reservas técnicas se deu na Europa, no período pós Segunda Guerra Mundial, quando os graves problemas socioeconômicos enfrentados pelos países europeus exigiram novas práticas e novos critérios para a conservação dos acervos de museus. A ideia tradicional dos museus como gabinetes de curiosidades foi sendo paulatinamente abandonada e substituída por uma versão mais didática e social no sentido de mostrar a realidade pretendida (Tostes 2005), o que exigiu que todo o acervo excedente, ou seja, aquele que não estivesse sendo exposto nas coleções dos museus, fosse direcionado para outros espaços dedicados a guarda desse material (Desvailee; Maresse, 2013). Já no Brasil, as reservas técnicas surgiram por volta da década de 1970, onde desde então, têm sido concebidas como locais de armazenamento e salvaguarda sistemática, em oposição a ideia vigente da época de que não passavam de depósitos (Tostes, 2005).

A maioria dos materiais que compõem os acervos das instituições de guarda de material arqueológico brasileiro são provenientes de doações, escavações de campos vinculados a pesquisas acadêmicas e ao licenciamento ambiental, a chamada arqueologia de contrato. Esta última tem ocasionado um verdadeiro “boom” no volume dos acervos arqueológico das instituições de guarda e pesquisa, desde que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) publicou a Portaria nº 230/2002, que tornou obrigatória a realização de estudos de impacto arqueológico nos trabalhos de licenciamento ambiental durante execução de obras de empreendimentos da construção civil, capazes de afetar o patrimônio arqueológico. Recentemente, essa portaria foi substituída pela Instrução Normativa Iphan nº 01/2015, cujo Capítulo V versa de forma específica sobre a responsabilidade das instituições de guarda pela tutela dos bens arqueológicos. Segundo os artigos 52, 53 e 54 dessa portaria:

Art. 52. Os bens arqueológicos oriundos dos Projetos ou Programas previstos na presente Instrução Normativa deverão permanecer sob a guarda definitiva de Instituição de Guarda e Pesquisa localizada na unidade federativa onde a pesquisa foi realizada. § 1º Na ausência de instituição que atenda ao estabelecido no caput, caberá ao CNA⁵, mediante requerimento, aprovar a proposta de destinação de guarda e pesquisa apresentada pelo interessado. § 2º Caberá ao CNA, mediante requerimento, aprovar a movimentação de acervos dentro do território nacional. § 3º No caso de formação de acervos museológicos locais, regionais ou nacionais, caberá ao CNA aprovar a proposta de destinação apresentada pelo responsável legal da instituição requerente. § 4º No caso da necessidade de análise dos materiais coletados durante a execução dos Projetos ou Programas fora da Instituição de Guarda e Pesquisa autorizada, caberá ao CNA aprovar a proposta do local de análise, sem prejuízo da sua destinação final. § 5º O acervo coletado durante todas as etapas da pesquisa arqueológica de um mesmo empreendimento deverá ser reunido na mesma Instituição de Guarda e Pesquisa aprovada pelo Iphan. § 6º O acervo coletado durante todas as etapas da pesquisa arqueológica nos empreendimentos de que trata o § 1º do Art. 4º deverá ser reunido em Instituição de Guarda e Pesquisa aprovada pelo Iphan, preferencialmente em cada estado de origem. Art. 53. A Instituição de Guarda e Pesquisa deverá apresentar ao CNA o termo de recebimento correspondente ao inventário dos bens arqueológicos apresentado pelo Arqueólogo Coordenador do Projeto ou Programa. Art. 54. A Instituição de Guarda e Pesquisa deverá apresentar ao CNA relatórios anuais sobre os bens sob sua responsabilidade. Parágrafo único. O planejamento e a execução das atividades relacionadas à conservação de bens arqueológicos deverão ser realizados por profissional ou equipe devidamente qualificada (Iphan, 2015).

A consolidação da arqueologia brasileira, seja através da criação de instituições acadêmicas de ensino e pesquisa, que trouxeram a ampliação de cursos de graduação de arqueologia ao longo de todo o país desde 2004, seja através das regulamentações relativas ao patrimônio arqueológico e até mesmo da própria profissão de arqueólogo, contribuíram para promover a proteção e salvaguarda dos bens materiais, como também para a ampliação do conhecimento sobre o panorama dos sítios arqueológicos do Brasil. Contudo, também resultaram em questões que envolvem o aumento da demanda por recursos, espaços e equipes especializadas para a

⁵ O Centro Nacional de Arqueologia (CNA) é um órgão descentralizado do Departamento de Patrimônio Material de Fiscalização (Depam), caracterizado como Unidade Especial, e integra o Comitê Gestor do Iphan. O CNA foi estruturado com uma direção e três coordenadorias: a Coordenação de Normas e Acautelamento, a Coordenação de Pesquisa e Licenciamento e a Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico. Esta organização reflete os principais eixos norteadores da gestão: a proteção, o conhecimento e a difusão do Patrimônio Arqueológico Brasileiro (Iphan).

gestão das reservas técnicas, que não cresceram com a mesma velocidade que a dos acervos das instituições.

A partir da Portaria Iphan nº196/2016 essas instituições de guarda tiveram acesso a uma norma guia sobre como os acervos devem ser tratados e cuidados, através da adoção de critérios mínimos que envolvem diversos aspectos, como o ambiente, o edifício e a reserva técnica em si. Esta portaria é importante pois foi a primeira regulamentação no sentido de tratar especificamente da guarda dos acervos. Ela preconiza que as instituições de guarda sejam capazes de conservar, proteger, estudar e promover a socialização dos bens arqueológicos, atendendo a tríade pesquisa, conservação e extroversão e apresentar elementos para fundamentar a gestão efetiva dos acervos das reservas técnicas.

Assim, o trabalho aqui apresentado, busca abordar as principais dificuldades e necessidades que envolvem a gestão efetiva do material arqueológico salvaguardado nas reservas técnicas das instituições de guarda e pesquisa no Brasil e pensar sobre as alternativas e possibilidades para alcançar as mudanças necessárias. Essas discussões fazem parte das pesquisas realizadas pelos integrantes do Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração, o Lacor, responsável pela gestão de uma das reservas técnicas do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O foco principal dessas pesquisas tem sido direcionado especialmente para a gestão, conservação preventiva e extroversão de acervos, numa tentativa de enfrentar de forma mais eficiente alguns dos desafios impostos cotidianamente e que serão apresentados no presente artigo.

Pensando as instituições de guarda e seus acervos: uma breve revisão bibliográfica

Nos últimos anos, é possível perceber um esforço de alguns arqueólogos e instituições brasileiras com o intuito de tratar sobre questões relativas à gestão de acervos arqueológicos. A criação do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GT Acervos da Sab) em 2015, segundo consta em sua página oficial⁶, “tem como objetivo ampliar o espaço de debate sobre a preservação e a gestão dos acervos arqueológicos, desde, principalmente, as

⁶ Link de acesso para o GT ACERVOS – SAB: <https://acervosarqueologicos.wordpress.com/gt-acervos-sab/>

perspectivas das três grandes áreas relacionadas à temática, designadamente, a Arqueologia, a Conservação e a Museologia”. O GT da Sab, junto à Rede de Museus e Acervos Arqueológicos (Remaae) vem, desde 2017, realizando o Fórum de Acervos Arqueológicos, que tem possibilitado a reunião de profissionais interessados na gestão de acervos arqueológicos para discutir essa temática e, dessa forma, fortalecer a sua proteção. O envolvimento desses profissionais nessas discussões tem subsidiado a produção de diversas discussões a respeito do tema.

Os trabalhos de Saladino, Costa e Mendonça (2013) debatem questões sobre a organização do patrimônio arqueológico brasileiro em instituições de guarda e museus, sugerindo a definição da cadeia operatória presente na formação dos acervos e a revisão dos procedimentos de endosso institucional como formas de fortalecimento do patrimônio cultural.

A arqueóloga Daiane Pereira, em sua dissertação de mestrado acerca da reserva técnica do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert, vinculado ao Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, por sua vez, se debruçou em pensar acerca dos mecanismos conceituais e práticos que podem contribuir para a extroversão das informações e do patrimônio arqueológico existentes nas reservas técnicas, trazendo discussões sobre possibilidades e desafios na gestão desses espaços (Pereira, 2015).

Ghetti (2015) discute a conservação sob a ótica da arqueologia, numa abordagem sistemática e prática para a compreensão, segurança e o cuidado na gestão dos vestígios arqueológicos que compõem as reservas técnicas com o intuito de subsidiar estratégias de preservação permanente para o acervo arqueológico, apresentando questões teóricas e metodológicas sobre os processos da conservação e da salvaguarda, resultando em uma proposta para construção de planos de gestão para o acervo arqueológico das reservas técnicas nas instituições de guarda.

O artigo de Vasconcelos e Alcântara (2017) sobre o acervo arqueológico da reserva técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, Brasil (Mae/UFBA) mostra as dificuldades na gestão de acervos para garantir a salvaguarda desse material de modo que ele possa atender simultaneamente as demandas de pesquisa, conservação e extroversão do conhecimento. Nesse artigo, além de discutir problemáticas gerais e específicas sobre a reserva

técnica do Mae/UFBA, as autoras também apresentam uma proposta para o projeto de requalificação desse espaço.

O documento “Política de Gestão da Reserva Técnica sob a Salvaguarda do Lepaarq-UFPEL” consiste em um manual de procedimentos adotados pelo Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (Lepaarq) da Universidade Federal de Pelotas para a gestão das coleções arqueológicas depositadas na Reserva Técnica (RT) dessa instituição e sistematiza todos os procedimentos desde a entrada do acervo no ambiente do laboratório até as atividades de ensino, pesquisa e extensão (Milheira et al, 2017).

É muito provável que o incremento na produção científica brasileira referente à temática da gestão de acervos arqueológicos das reservas técnicas nos últimos anos tenha sido influenciado tanto pela implantação da Portaria Iphan nº196/2016, como pela criação do GT Acervos da SAB, como também pelo fomento do debate através da realização de eventos científicos específicos sobre essa questão. Contudo, ainda há muitas questões a discutir, caminhos e alternativas para pensar e muitos obstáculos a transpor, dada a necessidade e importância da questão da gestão de acervos. Ao observar a situação atual de muitos dos espaços de guarda, é possível ter ideia de toda a trajetória que ainda será preciso percorrer para torná-los adequados ao que se espera de uma instituição de guarda de material arqueológico.

Abrindo as portas das instituições de guarda e suas reservas técnicas: quais são os desafios enfrentados atualmente?

A experiência da gestão das reservas técnicas em muitas instituições de guarda aponta para um colapso iminente. O desafio de gerir os seus acervos se dá desde as questões relacionadas à infraestrutura, como a carência de pessoal especializado para trabalhar além dos sucessivos cortes e enxugamentos de recursos que limitam sua utilização na melhoria dos espaços, aprofundando ainda mais as dificuldades já existentes. De modo que, manter os acervos em condições seguras e adequadas às exigências legais impostas, principalmente após a Portaria Iphan nº196/2016, se tornou um desafio a ser alcançado.

Hoje a maioria dos recursos destinados à estruturação das reservas provém do endosso institucional para os projetos de arqueologia preventiva. Esses recursos contribuem para a

manutenção da conservação preventiva dos acervos, mas por outro lado ocasionam o aumento dos mesmos, em um contexto em que muitas reservas já se encontram quase em sua capacidade máxima de armazenamento, ou seja, é urgente elaborar diretrizes para o manejo desses espaços diante das situações limitantes. A portaria supracitada aponta com clareza que as instituições de guarda devem apresentar espaços suficientes para dispor seus acervos, mas o que acontece, em boa parte delas, são situações de acumulação de material em espaços reduzidos.

As recomendações da legislação mencionada abordam também elementos como a conservação e segurança do edifício onde se encontra instalada a instituição de guarda, as condições ideais de armazenamento, manutenção, manuseio e utilização do acervo, além de orientações sobre a necessidade da utilização de mecanismos que permitam o monitoramento e controle ambiental. Outra questão levantada diz respeito à necessidade de um controle da documentação através da catalogação e inventário do acervo em uma base de dados informatizada que permita o gerenciamento das informações sobre o acervo. Além disso, a Portaria Iphan nº196/2016 também se refere à necessidade de uma equipe interdisciplinar capacitada para desenvolver atividades de pesquisa, conservação e extroversão do acervo.

Mas qual é a realidade atual de grande parte das instituições brasileiras de guarda de material arqueológico, que precisam se adequar a essas exigências legais e realmente alcançar os requisitos mínimos para garantir a salvaguarda dos materiais?

Conforme elucidado anteriormente, a expansão dos trabalhos de arqueologia preventiva é ainda hoje a principal determinante da ampliação do conhecimento acerca dos sítios arqueológicos distribuídos ao longo de todo o território brasileiro. Garante recursos financeiros para a manutenção básica dos acervos através dos acordos de endosso institucional, sendo também responsável pela massiva incorporação de grandes quantidades de material arqueológico aos acervos das instituições de guarda brasileiras. Nesse contexto, com as reservas técnicas da maioria das instituições em condições ineficazes, é salutar refletir sobre a situação desses espaços e pensar sobre diferentes alternativas que poderiam contribuir para a solução dos problemas existentes.

Contudo, o aumento exponencial nos trabalhos de arqueologia preventiva, embora seja um fator importante para um crescimento tumultuado dos acervos, não é exatamente o único

motivo para que as instituições de guarda estejam enfrentando os problemas que enfrentam hoje. Segundo Froner (2008), durante muito tempo as reservas técnicas foram tratadas como depósitos de objetos que não estivessem sendo submetidos a investigação científica ou ainda, não havia efetivamente o conceito de reservas técnicas e o local para guarda de material arqueológico se fundia com aqueles de guarda de outros materiais, laboratórios e demais espaços de trabalho. Isso resultou em uma situação de acúmulo e desorganização que, em alguns casos, se refere a décadas de trabalho.

Felizmente, temos algumas boas exceções. Instituições que tem conseguido, a duras custas, fazer com que suas reservas técnicas obedeçam a padrões internacionais de excelência para salvaguarda de material arqueológico, como, dentre outras, a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdam), situada em São Raimundo Nonato, no Piauí, onde são salvaguardados materiais provenientes principalmente de sítios localizados especialmente na área do Parque Nacional Serra da Capivara, Parque Nacional da Serra das Confusões e entorno.

Embora nos últimos anos essa instituição também tenha experimentado o aumento massivo do seu acervo, devido ao fato de que é a instituição de guarda para o material proveniente das atividades de arqueologia preventiva no âmbito do, Projeto de Integração das Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, PISF (referente às obras de transposição do Rio São Francisco), ainda conta com uma estrutura física, equipe e dispositivos para desempenhar suas atividades da melhor forma possível. Ainda que, é claro, necessite de sucessivos investimentos para manter o padrão de gestão e manejo do seu acervo arqueológico.

De acordo com Froner (2008) para que as instituições de guarda apresentem os requisitos fundamentais elas devem contar com alguns espaços básicos, como sala para atividades de montagem, seleção, embalagem, consulta, documentação, atividades de conservação curativa e restauração, assim como uma área de quarentena para objetos em trânsito interno e externo, que possibilite identificar possíveis infestações, além de um espaço destinado a realização de pesquisas. Esse seria o cenário ideal, a existência de espaços que respeitem a quantidade e características individuais das peças e considerem o crescimento sucessivo das coleções.

Contudo, na maioria das reservas, o que se vê é que esses locais geralmente são espaços adaptados apenas o suficiente para adequar o acervo de forma que os profissionais, diante dos

parcos recursos geralmente disponíveis, consigam oferecer as melhores condições possíveis para a salvaguarda da grande quantidade de acervo existente.

Outra situação que, provavelmente, é também a raiz de muitas das questões atuais, diz respeito à dispersão da documentação sobre o acervo, que está além das instituições de guarda, como um órgão responsável por toda a gestão do acervo existente. Por muito tempo, até alguns anos atrás, não havia, sobre os trabalhos acadêmicos realizados, uma grande exigência a respeito da necessidade da entregar, junto ao acervo depositado, toda a documentação produzida, como relatórios, fotografias, fichas de campo, dados topográficos, dentre outros, e isso resultou em um conhecimento apenas parcial a respeito de parte dos acervos.

Havia toda uma mentalidade sobre a gestão de acervos e reservas técnicas que as consideravam algo secundário no ofício da arqueologia, o que fez com que fossem negligenciadas por anos. Agora, a necessidade de se fazer uma gestão apropriada e eficaz para proteção do material, essencial para culminar em algo que é de profunda importância para a ciência, a socialização do conhecimento produzido através das pesquisas, é urgente.

Nos últimos anos, principalmente após a regulamentação das normas para as instituições de guarda, tem acontecido uma maior sensibilização a respeito da importância desses espaços. A partir daí, o que se viu foi o investimento de esforços no sentido de se adequar às recomendações da portaria para alcançar os requisitos mínimos para a conservação dos bens móveis arqueológicos, através de implementação de programas de gestão de acervos. Um bom exemplo, nesse sentido, são, dentre as experiências já citadas anteriormente, a do Leparq/UFPEL, onde buscou-se estabelecer os procedimentos básicos para a gestão da coleção que se encontra sob sua guarda, desde a sua curadoria, atividades de conservação preventiva, pesquisa e extroversão (Milheira et al, 2017). E a do projeto de requalificação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, apresentado por Vasconcelos e Alcântara (2017), onde também foram concentrados esforços no sentido propiciar aos materiais arqueológicos melhores condições de armazenamento, visando a manutenção da integridade das peças, garantindo assim, as atividades básicas que fundamentam a importância do trabalho em relação aos acervos arqueológicos.

Em todos esses empenhos para adequar as reservas técnicas ao que elas devem ser para atender às exigências básicas e alcançar os pilares esperados (pesquisa, conservação e extroversão), se enfrentam as dificuldades oriundas de anos sem políticas de gestão claras e postas em prática. Embora a Portaria Iphan nº196/2016 recomende a existência de um espaço para extroversão, os esforços ainda estão em conseguir locais adequados para a salvaguarda de material.

Isso faz com que a dificuldade de realizar atividades de extroversão, trazendo para a vivência da sociedade o cotidiano do trabalho arqueológico, seja frequente. O discurso de preservar para as “futuras gerações” parece ser algo que deixa as instituições em uma zona de conforto que as livra da responsabilidade de compartilhar o conhecimento produzido com as gerações do “aqui e de agora”.

Isso é justificado principalmente pelas limitações de infraestrutura e recursos para o desenvolvimento dessas atividades, até mesmo para a conversão das reservas técnicas em espaços visitáveis ou visíveis. Ambas requerem dimensões e serviços adequados à visitação, além da combinação de conforto para as pessoas e conservação preventiva das coleções, com elementos que garantam a segurança do acervo, como o controle de acesso e mobiliário adequado e seguro (Delavenay, 2012). Sobre a questão das reservas técnicas visitáveis a existência delas não encontra amparo legal na Portaria Iphan nº196/2016 que preconiza que a entrada nas reservas técnicas seja exclusiva para as pessoas autorizadas e que a permanência e o trânsito sejam evitados. Na Portaria esta questão diz respeito às reservas técnicas tradicionais. Num momento de repensar ou aprimorar esse tão importante documento regulatório, seria extremamente valioso o pensar as reservas arqueológicas visitáveis, para a extroversão do conhecimento arqueológico, estabelecendo suas prerrogativas e exigências funcionais.

Por fim, fazer um diagnóstico da situação atual das reservas técnicas, embora demonstre a quantidade e variedade de percalços nesse caminho, é essencial para olhar para as possibilidades e alternativas para alcançar as mudanças desejadas. Para isso, é preciso o compromisso e esforço conjunto de todos os agentes envolvidos nessa missão, desde a esfera governamental, a partir da destinação de recursos para esse fim, os órgãos públicos de fiscalização e elaboração de diretrizes, os gestores das instituições de guarda bem como os profissionais diretamente envolvidos na gestão de acervos arqueológicos. Pensar sobre o futuro

desses trabalhos é, para além de uma responsabilidade legal, um compromisso ético no exercício da arqueologia.

O que se vê quando se olha pela janela? O futuro das instituições de guarda em perspectiva

Onde ontem se viam objetos, hoje devem ser vistas coleções. Onde se viam depósitos, devem ser vistos edifícios. Onde se pensava em dias, agora se deve pensar em anos. Onde se via uma pessoa, devem ser vistas equipes. Onde se via uma despesa de curto prazo, deve-se ver um investimento de longo prazo. Onde se mostram ações cotidianas, devem ser vistos programas e prioridades (Guichen, 2012:03).

As políticas de gestão de acervos, tanto em uma esfera nacional, a partir das definições de órgãos como o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e o Iphan, como em uma esfera local, definidas pelas próprias instituições de guarda, através da construção de planos de gestão de acervos das reservas técnicas que orientem condutas e prioridades, obedecendo os parâmetros nacionais, são dispositivos fundamentais para buscar uma efetiva conservação dos acervos.

O gerenciamento informatizado dos acervos a partir de uma base de dados alimentada através da documentação produzida em campo e laboratório é algo que deve estar contemplado nesses planos, porque trabalhamos não somente com os objetos em si, mas também com todo o contexto em que eles estavam inseridos. Construir uma documentação sólida a respeito do acervo é essencial para conhecê-lo em sua amplitude.

O processo de implantação desse sistema exige a adoção de variadas estratégias e a escolha de uma série de elementos que devem ser considerados e incluídos para a constituição de uma base de dados confiável e útil. Essa base de dados é fundamental para facilitar o planejamento e execução de ações no âmbito da conservação preventiva, permitindo um melhor controle da situação do acervo. Também é importante para facilitar e fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas, uma vez que dá um panorama mais claro sobre o universo material existente. Finalmente, os dados também viabilizam a construção de discursos expositivos dos objetos arqueológicos que podem servir de base para diálogos durante as ações de extroversão do conhecimento para promover a sensibilização e apropriação dos bens arqueológicos pelo público comum.

Ou seja, a sistematização dos dados existentes sobre as coleções que compõe os acervos das reservas técnicas, bem como uma gestão de acervo que subsidie sua proteção para o futuro, contribui para facilitar novas pesquisas científicas. Na maioria dos casos há uma grande variedade de sítios arqueológicos, de diferentes períodos, com diferentes tipos de material e contexto que devem ser pesquisados e podem elucidar diferentes questões sobre o passado, bem como sobre as próprias diretrizes para conservação do material e sua extroversão.

Os programas contínuos de formação e capacitação técnica no âmbito da gestão de acervos para profissionais que atuam diretamente nesse campo a fim de prepará-los para as demandas relacionadas à salvaguarda dos materiais são imprescindíveis. O Saber Museus, programa de capacitação desenvolvido pelo IBRAM, é uma iniciativa que tem tornado acessível esse tipo de formação para os profissionais da área. O ideal é que todas as instituições contassem com uma equipe profissional com formação sobre os três pilares básicos envolvidos, a conservação, a museologia e a arqueologia, de modo que estivessem aptos para executar e lidar com a documentação das coleções, desenvolver e alimentar inventários, compreender elementos como a proteção contra calamidades, a segurança dos acervos, a conservação preventiva, a conservação e restauração de acervos, os princípios éticos a respeito do uso dos acervos, e finalmente, fundamentos didáticos básicos para atividades de extroversão arqueológica.

O diagnóstico da situação de cada instituição em relação aos parâmetros exigidos pela Portaria Iphan nº196/2016 deve ser realizado, pois é uma ferramenta para subsidiar o planejamento de atividades futuras. É claro que as reflexões que estão acontecendo atualmente a respeito dessa portaria demonstram que embora ela seja de fundamental importância, necessita de alguns ajustes para atender as realidades atuais e encarar algumas questões que, apesar de que já tenham começado a ser discutidas, sempre foram um tabu na comunidade de profissionais da arqueologia.

Dentre as questões não abordadas na portaria, estão a discussão das políticas de aquisição e descarte, ainda que esta última não se dê no sentido literal da palavra, seja mais no sentido de conferir um novo destino e função para os materiais. Apesar de já existir um relativo controle por parte do Iphan no tocante à aquisição de novas levas de material arqueológico, através da liberação (ou não) do recebimento de mais materiais provenientes de acordos de endosso institucional, isso ainda não é suficiente. Os materiais advindos dos trabalhos de campo devem

ser depositados em instituições de guarda no mesmo Estado em que os trabalhos foram realizados e muitas vezes, essas instituições já não tem mais capacidade de receber as coleções.

Como se vê, uma das principais preocupações entre as instituições de guarda é em relação à superlotação dos espaços físicos destinados às reservas técnicas e a capacidade investigativa e de extroversão desse acervo, o que torna urgente essa discussão. A questão é um desafio para os seus gestores, tanto no que concerne à aquisição de novos materiais nos acervos arqueológicos, com pensar no que fazer a respeito de uma grande quantidade de material arqueológico sobre os quais não se tem dados suficientes, estão descontextualizados ou super-representados.

As questões levantadas, embora estejam num terreno incerto e cheio de contradições e opiniões divergentes dentro das discussões, precisam, segundo Tostes (2005:81) “ser enfrentadas, deixando de lado o apego canibalesco exagerado, uma vez que uma dose correta de apego é importante para o cuidado com as coleções”.

O apego excessivo apontado por Tostes, ao se guardar objetos apenas pela ideia de perenidade, testemunha a necessidade de se elaborar protocolos para pensar sobre o que coletar em campo, e como agir diante dos objetos das reservas técnicas. Há uma falta de planejamento para incrementos de material no acervo e um desprezo por algo que, dentro da nossa realidade, se torna importante: os altos custos de manutenção e corpo técnico suficiente para dar conta das demandas existentes. A luta por maiores investimentos no âmbito da proteção do patrimônio arqueológico deve continuar sendo uma constante, é claro, mas é preciso pensar em soluções imediatas.

Por isso, talvez seja hora de trazer a pauta sobre o descarte à tona. Embora o termo descarte seja automaticamente associado ao ato ou efeito de jogar fora alguma coisa que não tem mais serventia ou que não se deseja mais, usamos esse termo aqui porque é o mais usual na literatura existente. O que propomos é a doação, transferência, ou restituição/repatriação nos casos em que isso for possível. Isso poderia se dar em um regime de cotutela com a instituição de guarda original, que seria também responsável em capacitar o pessoal que fossem os novos responsáveis pela guarda dos materiais, sejam eles profissionais ou representantes das comunidades em caso de museus comunitários, numa guarda conjunta e compartilhada.

Outras ações propostas para conferir uma nova função para esses materiais, poderiam se dar a partir da confecção de pequenos kits didáticos para serem distribuídos em escolas públicas de ensino, entre outros, ou seja, colocando-os próximos aos olhos da comunidade e otimizando o destino do acervo arqueológico, através do seu uso como mecanismo de inserção social. Tudo isso necessita de amparo legal. Seria interessante que o Iphan, como órgão regulador e fiscalizador, se debruçasse sobre essa pauta, considerando a remediação dos conflitos e as possibilidades que se abririam para as instituições de guarda. A partir da abertura para as discussões talvez seja possível pensar em uma regulamentação, com parâmetros claros a serem seguidos, contando com o compromisso e responsabilidade ética por parte das instituições de guarda.

Em outros países, outras formas mais literais de descarte estão sendo discutidas. A Direção Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) em Portugal, desde 2019 tem pautado a questão do descarte de material arqueológico, embora a recepção dessa ideia tenha se dado por diferentes pontos de vista. A proposta compõe o documento denominado “Recomendações de boas práticas na gestão de espólios”⁷ em relação à coleta, seleção e descarte. Contudo a proposta de descarte traz a ideia da eliminação de bens arqueológicos através da destruição física, do despejo em lixeiras ou no reenterramento do material no local escavado, o que obviamente gerou uma insatisfação por grande parte da comunidade científica.

Contudo, sabemos que ações como essas no âmbito do “descarte” são recursos cujos efeitos são temporários. Alguma solução de longo prazo implicaria na ampliação das reservas técnicas existentes tendo em vista um planejamento, uma projeção para cenários futuros de crescimento do acervo.

Todas essas questões acerca da aquisição de novos materiais arqueológicos e do descarte (enquanto conferência de nova função) são necessárias, mas não se apresentam de uma forma simples. Devem ser pensadas de uma forma muito sensível e atenta para que não sejam distorcidas segundo os interesses neoliberais, dada a extrema desvalorização e desinteresse do

⁷ Documento disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2018/11/28/RECOMENDACCOESDEBOAS PRAATICAS.PDF>

atual governo federal para com o patrimônio arqueológico brasileiro. Tudo isso deve ser discutido sob a luz das questões teóricas e metodológicas da arqueologia que elucidem a importância e necessidade das intervenções arqueológicas e da guarda do material em condições que propiciem sua salvaguarda.

A extroversão arqueológica está dentro do que chamamos Arqueologia Pública, a qual prega a difusão do conhecimento produzido cientificamente através da pesquisa arqueológica. Para alcançar esse objetivo é preciso realizar ações que viabilizem o diálogo entre a academia e o grande público. O ideal é que isso não aconteça de maneira pontual e isolada, mas contínua.

Essas ações de extroversão arqueológica são um meio de tirar os acervos da clausura das reservas técnicas, que devem ser espaços vivos e dinâmicos, para finalmente compartilhá-los com a comunidade local e construir novos discursos acerca do material a partir desse compartilhamento. Isso deve ser a meta de todos os profissionais envolvidos na gestão dos acervos, um compromisso com a construção do conhecimento feito em conjunto com a sociedade. Isso é parte do que se espera do fazer arqueológico nos dias de hoje: o exercício da função social e educativa.

O ideal seria a criação de museus como espaços específicos para extroversão do conhecimento produzido a partir do acervo arqueológico existente nas instituições de guarda, bem como o fortalecimento dos museus vinculados a estas instituições já existentes, que também é um caminho para desmontar a ideia de reservas técnicas como “limbos”, “local de coisas velhas”. A adoção de todos esses procedimentos pode permitir que o acervo seja mais bem gerido, e consiga ficar em melhores condições de manejo e salvaguarda.

Dissolvendo paredes, construindo conexões: considerações finais

A reserva técnica não deve ser vista como a destinação final dos materiais advindos das pesquisas arqueológicas, mas como um espaço vivo, conforme afirma Pereira (2015). Por isso, pensar e discutir questões sobre a gestão desses espaços e a conservação dos materiais neles existentes é tão importante quanto executar e pensar as pesquisas de campo e laboratório. Fomentar essas discussões e mostrar o protagonismo desses espaços, tantas vezes esquecidos nas vastas pautas da Arqueologia, deve ser algo contínuo e intenso.

Pensando a partir dos termos de Ingold (2012), é preciso trazer os acervos de volta à vida: os homens e suas *coisas* estão, ao mesmo tempo, e continuamente, em formação. Esse mesmo autor afirma que esse é um caminho para “ler a criatividade para frente”, ou seja, ao invés de se recuperar a cadeia operatória que resulta de um produto final, compreender os improvisos experimentados por esse produto como um permanente estado de manufatura, um permanente ponto de partida já que os materiais continuam *vivos*.

Dessa maneira, entender as dinâmicas envolvidas na existência e permanência dos materiais arqueológicos existentes nas reservas e toda a cadeia de diferentes questões envolvidas, é fundamental para a leitura da história desses materiais, que segue sendo contada através das pesquisas e das atividades de extroversão, ferramentas para mantê-lo vivo, em constante circulação. Ou seja, é uma forma de tirar esse material do escuro a que as reservas técnicas são submetidas enquanto tomadas como local de armazenamento, depósito ou arquivo morto, onde os materiais arqueológicos vão sendo abandonados progressivamente, numa morte simbólica.

Tostes (2005) afirma que o maior desafio das instituições é saber o que coletar, o que preservar e o que fazer com a quantidade de objetos acumulados nas reservas técnicas e essas foram questões que apresentamos no decorrer desse trabalho. Isso faz parte do cotidiano das instituições de guarda, pesquisa e demais envolvidos no campo da arqueologia diante dos acervos que, além de estarem sob a nossa tutela, enquanto pesquisadores dessa área, ou sob a tutela de instituições de proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, como o Iphan, envolvem outras parcelas do poder público que não se intimidam em deixar claro o profundo desinteresse com o nosso passado. Cuidar e tornar pública a história dos nossos antepassados, bem como promover a educação e a formação dos brasileiros e sensibilizá-los em relação a esse tema, não interessa aos que não querem esse reconhecimento. A memória cultural, potencialmente armazenada em nossas reservas, ao ser absorvida e compreendida, são vetores do despertar do seu real valor, e contribuem na construção da história das comunidades a que pertencem por direito. Esse conhecimento pode se tornar motivo de revolta em relação à forma desatenta com que nosso passado tem sido tratado por esferas do governo que têm, constitucionalmente, a obrigação de protegê-lo.

A sociedade, as comunidades com as quais nos envolvemos no processo da pesquisa arqueológica são os verdadeiros herdeiros dos bens que formam nossos acervos. O acesso a esses bens não pode se dar de maneira superficial e apenas no final do processo da formação e gestão dos acervos. A adoção de uma abordagem comunitária e participativa nos leva a novas formas de passarmos as mensagens resultantes do trabalho arqueológico, num novo entendimento e valorização da captação e gestão do imenso acervo que dispomos.

É urgente democratizar o acesso ao conhecimento produzido acerca desses materiais, e temos ciência que tentativas tímidas e pontuais de tornar o acervo vivo, circulando e aos olhos do público, ainda são apenas paliativos diante do que deveria acontecer efetivamente.

Desta forma, ao pensar alternativas na mudança de tal cenário, adotar uma boa política de gestão, modernizar e amplificar o volume das informações e pesquisas sobre os acervos, estender o acesso às nossas reservas para além dos acadêmicos e levar os acervos arqueológicos até as comunidades através de guardas compartilhadas ou cotutelas, e os Kits educacionais que contam as suas histórias, são alguns dos dispositivos que irão contribuir para a conservação do material, garantindo sua salvaguarda. Compartilhando estamos realizando de maneira efetiva o transpor dos muros das nossas instituições e assim o conhecimento gerado a partir dos trabalhos de arqueologia deixarão de figurar somente nas monografias, teses e dissertações e chegarão ao público em geral, que também contribui para a construção desse conhecimento em uma perspectiva diferente. Ou seja, abrindo-nos e compartilhando essa memória viva que guardamos em nossas prateleiras manteremos o acervo arqueológico vivo e em constante movimento.

Implementar ações inovadoras, fundamentadas em abordagens teóricas contemporâneas aliadas à capacidade de absorver novas informações, é com certeza a base para a criação de uma nova lógica de funcionamento de nossas reservas. É importante estimular processos que levem à captação dos valores definidos pelas comunidades em relação aos bens arqueológicos que salvaguardamos, para que sejam ressignificados e repatriados aos seus verdadeiros donos, a partir de uma perfeita simbiose comunidade-bens patrimoniais.

Referências

DELAVENAY, A.H. 2012. De almacén a centro de conservación de colecciones. Almacenes de museos. Espacios internos, propuestas para su organización. *Revista del Comité Español de ICOM*, 3, 8-15.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. 2013. *Conceitos Chave de Museologia*. São Paulo: Armando Colin, Comitê Brasileiro de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretária do Estado da Cultura.

FRONER, Y. 2008. *Cadernos Técnicos 8: Reserva Técnica*. Belo Horizonte: EBA-UFGM/Iphan.

GHETTI, N. C. 2015. Saber Cuidar: A Conservação Arqueológica Na Perspectiva Da Preservação, Salvaguarda E Valorização Do Acervo Arqueológico. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano - Series Especiales*, 2(3), 54-70.

GUICHEN, G. 2012. Uma prioridade na conservação preventiva: a reorganização das reservas técnicas. III Curso de Extensão Universitária de Preservação do Patrimônio Cultural: tecnologias e Conservação. Porto Alegre: ACOR-RS, UFRGS, Prefeitura de Porto Alegre.

INGOLD, T. 2012. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horiz. antropol.* v. 18(37), 25-44.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 2015. Instrução Normativa nº001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 2016. Portaria Iphan nº196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 2002. Portaria Iphan nº230, de 17 de dezembro de 2002. Dispositivos para a compatibilização e obtenção de licenças ambientais no âmbito dos estudos preventivos de arqueologia.

MILHEIRA, R. G.; PEIXOTO, L. S.; CALDAS, K. V.; AZEVEDO, P. A. G. 2017. Manual de gestão da reserva técnica sob a salvaguarda do LEPAARQ – UFPEL. *Revista Arqueologia Pública*, 11 (2), 25-42.

PEREIRA, D. 2015. Reserva Técnica Viva: Extroversão do Patrimônio Arqueológico no Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil.

SALADINO, A.; COSTA, C. A. S.; MENDONÇA, E. C. 2013. A César o que é de César: o patrimônio arqueológico nas organizações formais do Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, 8,106-118.

TOSTES, V. L. B. 2005. O problema das reservas técnicas: como enfrentar o apego devorador? *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 31, 74-80.

VASCONCELOS, M. L. C.; ALCÂNTARA, T. M. 2017. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. *Revista Arqueologia Pública*,11(2), 153-165.